

**11 DE OUTUBRO  
DIA DA GALIZA  
COMBATENTE**



**25 ANOS DE UMHA EXPERIÊNCIA COMBATENTE:**

**L.A.R. E A LUITA CONTRA  
"AUTOPISTAS DEL ATLÁNTICO"**

**1980 ★ 2005**

*Na memória de Antom Bértolo Lousada,  
combatente galgo.*

*EDITA: Assembleia da Mocidade Independentista (A.M.I.)*

*Está permitida a livre reprodução deste texto, agradecendo-se  
que se cite a fonte de procedência.*

*Galiza, 11 de Outubro de 2005*

---

*Na madrugada do 11 para o 12 de Outubro de 1990, a e o militante do Exército Guerrilheiro do Povo Galego Ceive (EGPGC) Lola Castro e José Vilar, morriam numha acção armada contra os interesses e a infraestrutura do narcotráfico na nossa Terra.*

*Em 2001, o independentismo galego declarou o dia 11 de Outubro “DIA DA GALIZA COMBATENTE”, em honor de Lola Castro, de José Vilar e, de forma genérica, dessa Galiza armada de coragem e dignidade graças à qual a luta e a liberdade som ainda possíveis.*

**A** mocidade independentista voltamos ao encontro com a memória. Mais um ano, o Dia da Galiza Combatente serve como motivo de recuperação das nossas origens políticas e obrigada homenagem a quem chantárom –passo a passo, dia a dia– os alicerces deste País que existe porque luta. Ampliar esta homenagem e amplificar o eco de velhas experiências é umha obriga para @s actuais militantes galeg@s; impedir que sucessos como os que abordamos fiquem na poeira das hemerotecas ou nos arquivos herméticos dos eruditos; aprender sempre dos ensaios que nos precedêrom; mostrar ao povo o seu enorme património em forma de organizaçoms, projectos, luitas populares, activistas. Estas som as pretensoms que nos empuxam.

Este Setembro cumprimos o vintecinco cabodano de umha importante vaga repressiva contra o independentismo e o movimento popular enfrentado a *autopistas del atlántico*. Muito significa esta pequena grande experiência na história da emancipação galega: em primeiro lugar, porque a protagonizam estruturas políticas que pola primeira vez se declaram, sem vacilaçoms, independentistas; em segundo, porque supom a estreia deste independentismo numha ampla batalha popular livrada contra as grandes infraestruturas de transporte, linha de intervençom que hoje ainda continua; e finalmente, por supor mais um ensaio de concatenação de luta política e armada face a farsa democrática espanhola e os seus permanentes planos de agressom.

Desde que a operação de *limpeza* fascista deixara a ermo a nossa Terra em 1936, ninguém erguera a bandeira arredista no interior das nossas fronteiras. Desarticulado o núcleo independentista da velha Federação de Mocidades Nacionalistas com o golpe militar, a reivindicação de soberania plena ficaria restrita à emigração e ao exílio: na América permanecera o pouso da rica experiência da revista *A Fouce* e da *Sociedade Nazonalista Pondal* e as *Mocidades Galeguistas de Bos Aires* recuperarão em plena década de 50 a proposta independentista.

Na Galiza, o ressurgimento nacional da década de 60 deixa uma importante disciplina pendente: apesar de que a emancipação galega passa a enquadrar-se em coordenadas marxistas, nengum dos jovens protagonistas da nova vaga reorganizadora se atreve a superar a consigna autodeterminista. A esquerda nacionalista livrará as suas primeiras batalhas estudantis, obreiras, vizinhais e labregas, sem que ainda emergja uma forte corrente independentista que radicalize o ideário nacional. Nos inícios dos 70, uma nova geração de militantes de extracção proletária introduz elementos significativos num movimento em auge: a necessidade da direcção obreira e do deslocamento do culturalismo da pequena burguesia liberal; a construção de um movimento sindical em coordenadas galegas; a posta em andamento de uma estrutura armada para acompanhar as luitas de massas. Nestas novas chaves de intervenção percebe-se um protagonismo crescente da fraseologia independentista. Como é sabido, este prometedor processo é liquidado na sua raiz quando o militante José Ramom Reboiras cai baixo as balas da polícia espanhola e uma nova direcção claudicante conduz o nacionalismo polos vieiros da integração na incipiente *democracia* espanhola.

Este momento de certa confusom e conflito nas fileiras nacionalistas vai ser aproveitado polos independentistas e comunistas para lançar a sua primeira aposta orgânica. Em um conhecido documento colectivo intitulado ‘Chamamento aos companheiros

Garcia Matos, A.: ‘Independentismo e violência’, in VVAA: *Para umha Galiza independente*, Abrente, Compostela, 2000.

González Blasco, L.: ‘Da crise no Comité Central da UPG em 1976 à cisom da FPG em 1989’, in VVAA: *Para umha Galiza independente*, Abrente, Compostela, 2000.

*La Voz de Galicia*, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 de Setembro de 1980.

*1º Congresso do Partido Galego do Proletariado*, Vigo, Março de 1978.

Partido Galego do Proletariado: *25 de Xulio. A Patria Galega está na cadea*, Compostela, 1981.

VVAA: ‘Desarticulación do independentismo’, in *Espiral*. Periódico independentista de información e debate, nº 7, Portugal, 1983.

VVAA: ‘Chamamento aos compañeiros de UPG e a tódolos comunistas de militancia nacional-popular galega’, Fevereiro de 1977.

VVAA: ‘A autopista trágase a Galicia’, in *Teima*, nº 17, Abril de 1977.

VVAA: ‘Infraestruturas: a face mais oculta da dependência’, in *Voz Própria*, nº 7, Compostela, 2003.

que esta dinâmica de construçom nom é efectiva sem se complementar com a tensom e a resistênci a politizar os conflitos diários.

Como há vintecinco anos, querem vender-nos *progresso* e *modernizaçom* com toneladas de piche, grandes infraestruturas e desertizaçom populacional; como há vintecinco anos, querem que sonhemos com a *reforma* como substitutivo da ruptura e que abracemos o estatuto para eliminar o desejo de liberdade nacional; como há vintecinco anos, querem que sejamos tam ingénuos como para pensar que há conquistas sem custes, que as urnas farám as cousas por nós, e que nom temos direito a responder com todas as armas face as agressõs que padecemos. Hoje que tantos nacionalistas de cartom e independentistas inconfessos se acobardam ou atragantam ao dizer verdades, disfarçando-se de prudentes, vamos recuperar as palavras mais nítidas: pronunciava-as o Partido Galego do Proletariado em 1981, e no dia da Galiza combatente de 2005, a Assembleia da Mocidade Independentista quer fazê-las suas:

*‘Que ninguén recúe, que ninguén fuxa de xeito cobarde. Hai nacionalistas, independentistas, presos por combater como se debe: con TODOLOS medios ao alcance do pobo.*

(...)

*O Estatuto non pasóu, non vai pasar se somos capaces de resistir os embates do oportunismo que vai azotar Galicia deiquí a pouco. Atención aos pequenos politiquiños provincianos! Que ninguén crea no seu cantar de berce, que prá dormideira levamos xa anos e anos escoitando a palabra rumorosa dos dictadores.*

**REBELDIA e RESISTENCIA. Esta é a consigna.’**

Dia da Galiza combatente de 2005.

de UPG e a tódolos comunistas de dirección nacional-popular galega’ é convocado um congresso extraordinário caminho de reformulaçom do conjunto do movimento. Em Março de 1978 consuma-se este ponto de inflexom com a fundaçom do Partido Galego do Proletariado. Abandonando velhas ambiguidades, os documentos fundacionais da nova organizaçom afirmam que ‘o PGP opta polo único posíbel camiño redentor pra Galicia e consecuentemente revolucionario: a liberación do xugo do Estado Español e a independencia total, edificando un estado nacional galego’. Além disto, @s comunistas rebatem também a pretensom do nacionalismo minimalista de constituir umha direcçom nom obreira, denunciando sem ambages ‘o liquidacionismo dos nacionalistas de inspiración pequeno-burguesa que entenden que é imposíbel a revolución nacional-popular dada a insuperábel potencia económica e militar do Estado español’. Acrescentam aliás que ‘a dirección política das loitas populares concretas (...) non pode practicarse correctamente sen que a clas obreira urbana de Galicia exerza o papel hexamónico que lle corresponde.’ Neste mesmo sentido, a vontade de combinar todas as modalidades de intervençom sócio-política é tremendamente explícita, sem continuarem as ambiguidades anteriores: ‘a loita de liberación nacional, se se limita ás movilizaciõs de masas, pode convertirse nun conxunto interminábel de respostas ás agresións colonialistas, respostas que endexamáis culminan no éxito. É claro que cando o grande capital se atopa verdadeiramente interesado, moviliza ás forzas represivas de ocupación española, merca medios de difusiõ de masa e partidos ‘democráticos’, non para hastra conseguir os seus obxectivos. Isto ocorreu dende Castrelo de Miño até As Encrobas, Xove e a Autopista...É iste o intre en que a política de masas debe ser continuada mediante a loita armada anti-imperialista e anti-oligárquica.

O organismo director da loita de liberación nacional, o Frente, pra asegurar o éxito final deberá contar o antes posíbel cun Destacamento Armado que, progresivamente, se vaia transformando nun Exército do Pobo.’

O PGP nasce numha época de grande convulsom social. Época na que sectores minoritários do nosso povo, mas qualitativamente

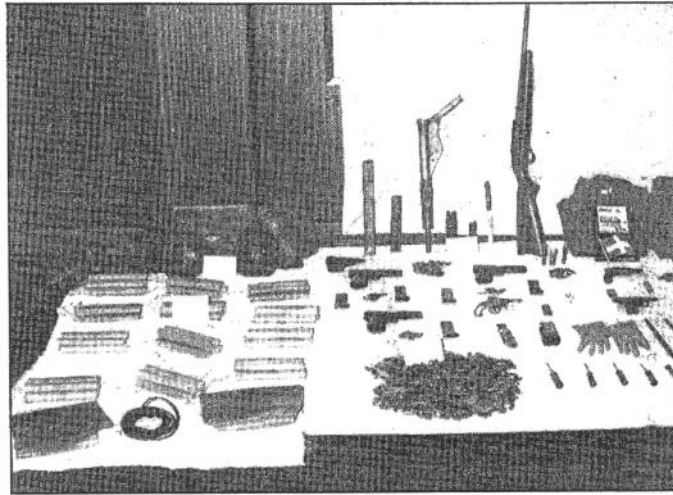
importantes e de enorme decisom, ponhem em andamento um vasto tecido associativo herdeiro da dinámica da luta anti-franquista. À margem de um Estado fraco e que ainda nom pujo a andar a sua rede de estruturas reformistas, sindicatos de serviços, partidinhos pre-fabricados, bole umha naçom esperançada na que pola vez primeira o nacionalismo dispom de frentes diversas e protagonismo popular. Nem os meios de comunicação de massas alcançaram a terrível extensom e capacidade alienante do presente, nem a sociedade de consumo, com o seu corolário de dependências e gestom das frustraçons desde o mercado, se fizera presente para sementar rendiçons e renúncias. Os próprios documentos fundacionais do partido se fazem eco dessa realidade de dureza e certas expectativas crescentes, se calhar com um optimismo que se demonstrou pouco fundado: ‘a nosa patria atópase nunha situación permanente de agresión por parte do amo colonialista, de xeito que, no seu conxunto, constitui un verdadeiro polvorín: en cada corruncho, en cada lugar de Galicia, pódese decir que se acocha unha contradicción que en calquera intre pode choutar. Os levantamentos parroquiáis e de bisbarra contra a apropiación das areas comunáis, contra as expropiacións de terras por parte de compañías imperialistas e monopolistas, polos montes de veciños; as loitas contra os impostos abusivos como o da SSA, contra a ausencia de servicios sanitarios e comunicacións, contra plans territoriais, contra a implantación de industrias contaminantes; todo, e moito máis, constitui unha mesta rede de focos de axitación que, globalmente, ha de ser contemplada como um movimento de resistencia nacional do pobo galego contra o poder imperialista español.’

A vontade d@s independentistas é dotar de um corpo orgánico coesionado essa grande vaga de descontentamento e energia popular. No plano sindical, e como alternativa aos projectos do oficialismo nacionalista, o PGP impulsona o *Movimento Asambleario de Traballadores*, cuja incidência se reduz à conflitiva Ascón, em Vigo. Também por volta da cidade olívica, de grande importância nesta primeira fase de expansom independentista, vai organizar-se um ensaio de plataforma de massas nacionalista: trata-se de Galicia Ceibe (OLN). Nascida em 1979 como agrupaçom eleitoral viguesa, aginha passa a constituir-se

## DESDE O PASSADO, UMHA OLHADELA AO PRESENTE.

A fraqueza do movimento popular, o duro golpe recebido polo independentismo e o êxito inquestionável da Reforma política, que tanto engordará os sectores mais acomodáticos, impede fazer frente os planos do governo e, no médio prazo, acumular umha massa crítica susceptível de pôr em causa a solução autonómica. Vintecinco anos depois, e inseridos em umha realidade neoliberal, consumista e monopolizada polos meios de comunicação como conformadores de imagens e desejos, as falsas receitas de Espanha ganhárom um amplo e sólido espaço na Galiza. Nom só padecemos umha ‘navalhada’ que agrediu centos de paróquias de Corunha a Vigo, senom que os planos de autoestradas e autovias –acompanhados polas vias rápidas de comboio– partem a nosa Terra em todas as direcçons e fam-se paradigmas do único progresso possível. Nom só padecemos um nacionalismo hispanodependente e estéril, senom que o regionalismo já é nota dominante e aplaudir ou exercer a repressom anti-galega é prática quotidiana. Nom só se nos impujo um estatuto, senom que desde o consenso institucional pretende-se eternizá-lo como fórmula jurídica que nega a livre determinaçom d@s galeg@s.

A causa do povo trabalhador galego recuou em cinco lustros de paos e cadeia, sobornos e caramelos envenenados, política subvencionada, intoxicaçom mediática, trabalho integrador dos reformistas e rendiçom de muit@s. Mas nós nom somos nostálgic@s, nem acreditamos em glórias do passado, nem pensamos que a mera lembrança nos faga superar um presente de padecimentos. Queremos olhar o futuro. Esta Galiza cercada e golpeada seguiu a dar combatentes, continuou a organizar forças, e podemos orgulhar-nos de que hoje, vintecinco anos depois de aquele Setembro, sejamos mocidade a que portemos o facho da rebeldia e continuemos com vocaçom de melhora a tarefa de quem nos precedêrom. Com a mesma constância que onte, seguimos a reclamar a necessidade de organizar-se. A rica experiência do passado diz-nos que nom há avanços sem dinâmicas de construçom social em todos os ámbitos. E diz-nos também



*Arsenal incautado a L.A.R.,  
com diverso armamento e  
material explosivo,  
algum dele subministrado por  
ETA-militar*

democrática, con todo o que levaba implícito. A derrota do independentismo inspirado no marxismo-leninismo do programa do PGP. Esta derrota non é de hoxe: producírase moi atrás (...) no intre actual, os mesmos abandonos, a mesma nugalla, a mesma pasividade, aconsellaban a liquidación de Galicia Ceibe-OLN’.

Mas nem todos tiram esta lição do proceso repressivo. Há militantes que o assumem como consubstancial a um projecto político destas características e, desde Galiza Ceive (OLN) seguem o rumbo traçado. Isto transmitem desde as páginas do seu vozeiro, antecipando as etapas frutíferas que logo chegarám: ‘com as deteções de Setembro de 80, o exílio forçoso para outros e o ocultamento de outros, junto à insolidariedade de outros, o Regime dava um golpe duro aos independentistas.’ Contodo, prosseguem, ‘temos a razom, estamos dispostos a amossá-la ao preço que seja preciso pagar. E como temos a razom sabemos que o nosso Povo a fará sua, e ainda tendo em conta a cativeza do nosso grupinho, seguiremos até onde seja preciso. Por todo isto este grupinho chamado Galiza Ceive continua resistindo e preparando-se para a ofensiva’. E, com efeito, assi se fizo.

em estrutura nacional. Contodo, e apesar do lugar privilegiado que começa a jogar a nova formação na política galega, o partido seguirá a propugnar umha ampla ‘aliança nacionalista de esquerdas’ para enfrentar a reforma que preparam os poderes fácticos, a direita e o reformismo. De facto, o independentismo consegue concelheiros em quatro localidades graças a plataformas galegas unitárias.

Existe umha vontade aglutinante muito clara que se plasma em umha outra fórmula organizativa, os ‘Comités contra a Constituição’ (CCC), com um certo arraste mobilizador. O exíguo 44% de galeg@s que apoia o texto reforça @s nacionalistas e independentistas na sua luta frontal contra o quadro jurídico-político espanhol. E finalmente, como complemento imprescindível desta rede organizativa, o partido decide activar a frente armada que fora prematuramente frustrada em 1975. Com umha limitada capacidade militar, a sua importância é devida fundamentalmente ao inovador da sua aposta, pois pola primeira vez na história da Galiza se teoriza umha intervenção violenta com dinâmica de seu, encardinada estrategicamente que supera a velha ideia do ‘destacamento armado’ como complemento técnico do aparelho político. ‘Loita Armada Revolucionária’ começa o seu accionar em 1979 graças ao pulo de militantes do partido.

É oportuno recordar que os ecos do *desarrollismo* ainda chegam à Galiza dos finais da década de 70. O abandono da autarquia por parte do Estado fascista leva a abraçar umha política económica aberta às grandes iniciativas do capital internacional, confiada nas divisas do turismo e em umha política de industrialização acelerada que na nossa Terra foi denominada de ‘enclave’. Medra quantitativamente o proletariado industrial, a Galiza acomete umha tímida desruralização, e o aumento do ‘nível de vida’ (entendido como acesso aos objectos de pequeno consumo suntuário) contrasta com o raquitismo dos serviços sociais, e a qualidade da rede educativa e sanitária. Umha primeira grande disciplina pendente deste *desarrollismo* aplicado às coordenadas galegas tem a ver com as redes de transporte. Como acontecera no século XIX com o caminho de ferro, nom pode existir eficácia produtiva nem exportadora sem eficácia nas artérias de comunicação que articulam o desequilibrado sector industrial galego. Se afinal da década de 40 o franquismo activara a zona franca de Vigo nesta mesma direcção, e se na de 50 Citroën escolhera a mesma cidade para a instalação de umha das suas grandes plantas, a década de 70 vê a grande expansão das infra-estruturas de transporte. Esta nova dinâmica procura aproveitar a combinação de três motores económicos: a construção e as obras públicas, o mercado do carro particular, e o transporte de mercadorias por estrada. A bataria legal que acompanha esta ambiciosa operação resume-se no ‘plano de acessos à Galiza’ (1971), a ‘lei de estradas de portagem’ (1972) e a ‘lei de estradas’ (1976). A lei de 8/72 representa a conjunção perfeita entre os diversos interesses que confluem no ‘boom’ construtor: fixa o sistema de portagem e estabelece umha aliança estável entre administração, entidades financeiras e construtoras. O Estado aceita cobrir os tipos de troca, garante parte da dívida contraída, cede benefícios fiscais à emissão de bónus... Nem cumpre explicar que tal entente político-económica é desenhada sem considerar a existência de umha rede de inter-relação interna galega, desconsiderando a aposta polo caminho de ferro, e disposta a banir qualquer modelo de assentamento populacional que nom se insira nas chaves do produtivismo.

Tratábase de desprestixiar calquer outra alternativa política para Galicia que non fora a que UCD impuña’.

Longe dos postulados independentistas, mas em umha linha de respeito e compromisso com os direitos fundamentais, um nutrido grupo de intelectuais e notáveis suscrevem um escrito no que se denunciam como ‘arbitrárias e essencialmente políticas’ as detenções de Setembro, pedindo a derrogação da lei antiterrorista. A recolhida de assinaturas pretende elevar a queixa ao Tribunal de Garantias Constitucionais e a Comissom de Direitos Humanos da ONU.

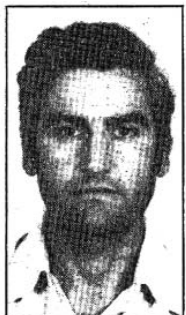
Desde a cadeia de Segóvia, onde som reclusos os nacionalistas presos, continua a implicação política. Som os próprios independentistas os responsáveis pola elaboração do primeiro exemplar do boletim *Setembro*, vozeiro com o que se dam a conhecer as primeiras XUGA. O juízo, celebrado na Audiência Nacional, rematará por condenar tam só três militantes (Cid Cabido, Árias Curto, Nieto Pereira) a penas de entre cinco e oito anos de prisom. Pola primeira vez eram processados no nosso país activistas acusados de ‘constituir um grupo armado que perseguia a independência da Galiza’ (segundo aparece reflectido no sumário 76/80). Com um indulto aprovado polo conselho de ministros, os últimos presos nacionalistas sairám da cadeia em 1983.

O processo repressivo encerra umha etapa do independentismo na Galiza e abre umha nova. A ameaça de golpe militar de 23 de Fevereiro de 81 serve para dissuadir os sectores rupturistas, fechar o processo da Reforma política, e institucionalizar boa parte da esquerda. O nacionalismo aponta-se entusiasta à via espanhola e parte do independentismo chama à deserção. Com a desarticulação de LAR e o esmorecimento consentido do PGP, os ancorados no derrotismo e o laio tentam estender o seu fracasso pessoal e liquidar a peça mais referencial do movimento: a organização Galicia Ceibe (OLN). Apesar de nom conseguirem a sua dissolução, fam público o seu esgotamento e, a afirmam, na revista *Espiral*, a sua crença no fim de toda política de ruptura: ‘trátase (...) dunha derrota histórica. A derrota dos que, á morte de Franco, intentaron levar adiante umha política de ruptura

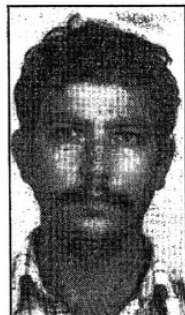
O PGP, seriamente afectado polo golpe, tenta evitar a vincu-  
lação estrita com o accionar armado, mas o dano está feito e  
a vinculação social dos detidos com a violência política fai-  
se irreversível. Afirma-se num comunicado que ‘confundir o  
Partido Galego do Proletariado cunha organización armada é  
un claro intento de establecer, dun xeito desesperado, as  
bases dunha feroz represión contra unha alternativa naciona-



José Luis Méndez Ferrín



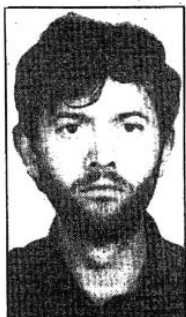
José Patrio Recaman



Antonio Arias Curto



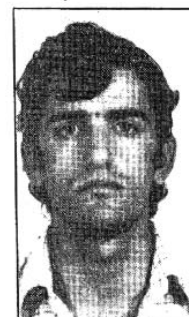
Francisco José Atanes Gómez



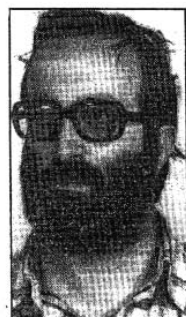
Artiro Estévez Rodríguez



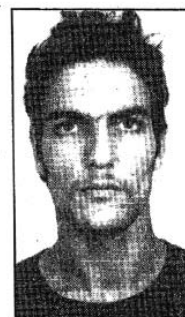
Luciano Prego Sanjorge



José Luis Nieto Pereira



Antonio Bertolo Losada



José Cid Cábido

lista e independen-  
tista, de inspiraci-  
ón marxista-leninista.’ Em umha  
análise ainda de  
maior calado, as  
Xuntas Galegas  
pola Amnistia  
(constituídas a raiz  
das detençons)  
declaravam no seu  
boletim, *Setembro*:  
‘a UCD escolheu per-  
fectamente o  
momento e as per-  
soas; faltaban pou-  
cos dias para que se  
levara a cabo o refe-  
rendo do estatuto  
de autonomia gale-  
go, que millor que  
deter e encarcerar a  
16 homes que si  
ben formaban parte  
de distintas organi-  
zacións políticas,  
todos coincidían en  
seren destacados  
loitadores contra a  
autonomia e en  
concreto contra o  
estatuto que nos iba  
regalar a UCD.



Um conglomerado muito plural de vozes e colectivos críticos  
pom a andar a sua oposição a este projecto desde que, em 1973,  
‘autopistas del atlántico S.A.’ faga a sua aparição como conglo-  
merado empresarial. O grupo Pastor, as caixas de aforros, o  
banco Hispano Americano, o banco do Noroeste, o banco de  
Bilbao, o banco Atlántico e a ‘Unión Industrial Bancaria’ serám os  
principais beneficiários. O próprio ‘Conselho Superior da Escola  
de Arquitectos do Estado’ pede a paralisação da obra por enten-  
dê-la como ‘brutal agressão decidida e realizada polo poder  
centralista’, entendendo-a como ‘infraestrutura que só srve à  
grande indústria que se está a localizar no litoral’. O arquitecto  
catalám S. Tarragó advertia na altura na revista galega *Teima* que  
‘a rendibilidade da autoestrada nom se obterá só com os ingres-  
sos da portagem (...) senom, basicamente, com os benefícios  
extraordinários da construção.’ O especialista galego César  
Portela advertia na altura que ‘a autoestrada vai partir em dous o  
território da nossa nação: de umha banda toparia-se caotica-  
mente toda a população urbana e industrial a viver em um imen-  
so arrabaldo de escala metropolitana (...) Pola outra banda, a  
Galiza rural do interior ficará pobre e abandonada, subdesenvol-  
vida e destinada a ser umha reserva de indígenas e cabalos bra-  
vos.’ Palavras premonitórias, vinte e cinco anos depois, quando  
sabemos que o 80% das grandes empresas actuaes na Galiza se  
organizam por volta da auto-estrada; quando três de cada quatro

No 7 de Setembro de 1980, *La Voz de Galicia* publica as fotografias e nomes dos detidos sob o título: “Abortado un plan subversivo en Galicia”



galeg@s vivem nas duas províncias atlânticas e o 58% do território nacional é vítima de umha despopulação acelerada.

Nom tardará em chegar a dinâmica mobilizadora, sempre com um protagonismo especial de militantes independentistas e labregos das zonas afectadas pola expropriação forçosa. Esta fórmula expropriadora, de emprego reiterado na Galiza em nome de um ‘interesse público’ que funcionou para os de sempre, motiva umha vasta oposição que cristaliza em distintas entidades de afectad@s e numha coordenadora nacional. Ainda que os efeitos da autoestrada som palpáveis desde a comarca das Marinhas até Vigo, a implicação mais profunda na luta popular produz-se na zona sul, porventura pola maior implantação independentista. Ante a multiplicação de pequenos conflitos com a vizinhança, a guarda civil começa a fazer-se presente nas obras e a impor a lei dos empresários.

## INÍCIO DAS ACÇÕES ARMADAS E VAGA REPRESSIVA

**L**AR aproveita o contexto que vimos de expor para fazer aparição. Em 1979, umha vez artelhada umha mínima estrutura e conseguido um importante depósito de armamento, a estrutura passa a ser operativa: voam-se case-tas de auto-estradas do Atlântico em Deixebre (Ordes), tenta-se derrubar com explosivos a cruz dos caídos em Vigo, incendiam-se carrinhas, arrincam-se estacas de sinalização da autoestrada, queimam-se camions e maquinaria de obras em Compostela, requisam-se carros para realizar acções, realiza-se um golpe económico na caixa de aforros provincial de Ourense na Derrasa. Esta será a última acção de LAR, dado que a polícia segue os passos da organização e conhece com muita antecendência as intenções do independentismo. Utilizando um modus operandi muito habitual na altura, as forças repressivas decidem-se por umha redada indiscriminada. Por umha banda, procura-se amedonhar o conjunto do movimento político e relacionar o conjunto das estruturas, legais ou nom, com a prática da violência; por outra, localizar os patriotas responsáveis das acções. A presença da tortura nos interrogatórios que ampara a ‘lei antiterrorista’ garante as confissões e as auto-inculpações. Ambos objectivos som conseguidos. Ao dia seguinte da redada, em 2 de Setembro de 1980, *La Voz de Galicia* conta aos seus leitores e leitoras que se produziu umha ‘amplia operação policial contra o Partido Galego do Proletariado’, salientando que foi descoberto um depósito de armas no talher do teniente alcalde de Monforte (Antom Árias Curto), e que as detenções atingírom também ‘o escritor e catedrático Méndez Ferrim’. O golpe nom deixa lugar a dúvidas, afectando sobretudo pessoas significadas polo seu trabalho de massas no seio das estruturas vizinhais contrárias a autoestrada ou pola implicação em forças independentistas: Patrício Recamám, Antom Bértolo, Arturo Estévez, Francisco Atanes, José Luis Nieto, Cid Cabido...até um total de dezasseis independentistas passam por dependências policiais e padecem os rigores dos dez dias de legislação antiterrorista.